

A AVALIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL SOB O VIÉS DA QUALIDADE SOCIALMENTE REFERENCIADA: UMA EXPERIÊNCIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPINAS-SP

Jaqueline de Meira Bisse¹
Mariana Roveroni²

Resumo: O presente trabalho apresenta parte dos resultados da pesquisa de Avaliação dos cinco anos iniciais do Projeto de Educação Integral de uma escola da rede municipal de Campinas-SP. Para isso, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da escola, composta por professores, estudantes, funcionários, gestores e famílias, elaborou questionários baseados em princípios considerados importantes para sua comunidade. Historicamente as Avaliações Institucionais Participativas (AIP) restauram na cena avaliativa o princípio da legitimidade política para identificar, sistematizar e encaminhar às instâncias colegiadas evidências tanto das potências como das fragilidades encontradas nos projetos político-pedagógicos (PPP) institucionais e de caminhos para apoiar os processos de tomada de decisão ligados ao aprimoramento da qualidade da educação pública. Nesse sentido, em 2017 e 2018, a CPA desta escola articulou práticas para levantamento de questões relevantes considerando aspectos de infraestrutura, recursos humanos, recursos pedagógicos, alimentação, gestão, entre outros. A partir da análise desta avaliação, apresentada aqui, entendemos que juntos somos capazes de identificar as demandas e planejar ações em busca da qualidade da educação socialmente referenciada.

Palavras-chave: escola pública; avaliação institucional participativa; participação democrática; comissão própria de avaliação.

Introdução

A melhoria na qualidade da escola pública encontra defesas tanto de forças progressistas quanto de forças conservadoras. É no que tange ao sentido da qualidade educacional pretendida, entretanto, que as divergências se acirram. Objetivos social ou mercadologicamente referenciados definem os diferentes tipos de projeto.

A Avaliação Institucional Participativa (AIP), empreendida pela Secretaria Municipal de Educação de Campinas-SP (SME), efetiva-se como uma possibilidade da comunidade poder tomar parte da vida escolar, através de um instrumento que reforça a prerrogativa democrática - a Comissão Própria de Avaliação (CPA) - instituída considerando os interessados: estudantes, familiares, funcionários, professores e gestores.

¹ Mestre em Educação, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Professora de Educação Física na Rede Municipal de Ensino de Campinas. jaqueline_bisse@yahoo.com.br

² Doutoranda em Educação, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Vice-diretora na Rede Municipal de Ensino de Campinas. mariana_roveroni@yahoo.com.br

Nesse ínterim, a melhoria da escola pública está atrelada ao desenvolvimento de processos da Avaliação Institucional Participativa (AIP) nos quais a comunidade escolar reflete e atua sobre os caminhos a percorrer na direção de um projeto educativo de cunho emancipatório. Essa prerrogativa requer, ainda, práticas curriculares e pedagógicas igualmente emancipatórias que reverberam na qualidade da aprendizagem dos estudantes. Entendemos que este processo depende de fatores como: o desenvolvimento de modelos de avaliação multidimensionais; o envolvimento de aspectos qualitativos e quantitativos; e os pactos de qualidade negociadas interna e externamente assumidos pela própria comunidade. Nessa perspectiva, os resultados das avaliações externas devem ser referenciados pelos princípios da avaliação institucional participativa e serem debatidos, compartilhados e compreendidos pelos atores da escola, para que caminhem rumo à cultura de avaliação genuína e na contramão das propostas de ranqueamento das escolas.

Na busca por dimensionar os impactos de uma política de educação integral após cinco anos de sua implementação na rede municipal de Campinas e, em especial, na escola de que trata este trabalho, a Comissão Própria de Avaliação desenvolveu questionários com cerca de 20 questões sobre as expectativas que cada segmento tinha com relação aos aspectos de infraestrutura, interações sociais, práticas culturais, alimentação, limpeza e aprendizagem.

Neste trabalho faremos um recorte desta pesquisa trazendo dados referentes à aprendizagem identificados nos questionários sob o ponto de vista dos seus principais interessados: estudantes, familiares, professores, funcionários e gestores.

Percursos da Avaliação da Educação no Brasil

No início do século XX, como nos aponta Saul (2006), os movimentos dos testes educacionais liderados por pesquisadores dos Estados Unidos tinham como proposta mensurar aspectos comportamentais. Em consequência do progresso desse movimento, de caráter psicopedagógico, e com o desenvolvimento de tecnologias de mensuração das capacidades humanas, os testes padronizados floresceram em grande escala.

Já de acordo com Sousa (1991), na década de 1970, ganha força no Brasil a tendência a se valorizar a dimensão técnica, enfatizando o caráter cientificista e os métodos e procedimentos operacionais. Segundo Saviani (1986), esse movimento partia do pressuposto da neutralidade científica e apoiava-se nos princípios da racionalidade técnica - eficiência e eficácia. Freitas (2012) nos indica que, nos anos 90, o tecnicismo ressurgiu com nova roupagem - o neotecnismo - ancorado nas concepções da psicologia behaviorista e fortalecido pela econometria, pelas ciências da informação e de sistemas, se apresenta

atrelado a “teoria da responsabilização meritocrática e gerencialista” (FREITAS, 2012, p.383).

A compreensão da Educação como um fenômeno político e ideológico e o reconhecimento das intervenções do campo econômico sobre as políticas educacionais na contemporaneidade são fundamentais para a discussão sobre o conceito de qualidade da escola, uma vez que

“[...] no campo econômico, o conceito de qualidade dispõe de parâmetros de utilidade, praticidade e comparabilidade, utilizando medidas e níveis mensuráveis, padrões, rankings, testes comparativos, hierarquização e standardização próprias do âmbito mercantil” (SILVA, 2009, p. 219).

Devemos considerar que a qualidade social na educação não se restringe a fórmulas matemáticas e, muito menos, a resultados estabelecidos a priori e a medidas lineares descontextualizadas.

As políticas de avaliação externa associadas às “reformas empresariais” (FREITAS, 2012, 2014) tornam a educação pública refém de interesses mercadológicos que, na contramão de uma qualidade de interesse social, se restringe a uma formação empobrecida.

O modelo liberal conservador traz uma ideologia de formação de homem individualista, competitivo e alienado politicamente, porém participante do processo de produção. Nesta perspectiva, o conhecimento é tratado como realidade absoluta, do qual os homens se servem apenas para solucionar seus problemas e não o compreendem como produto social. Assim, “a avaliação, sendo uma atividade intencional, produto de determinada sociedade, vem colaborar com os mecanismos de construção de determinado tipo de homem, ligado à ideologia política dessa sociedade” (RAPHAEL, 1995, p.41).

Contudo já existem pesquisas que sustentam defesas de que a melhoria educacional duradoura e substantiva depende da emergência de processos de controle social alinhados à confiança, ao trabalho cooperativo, à reflexão, à autonomia e desenvolvimento profissional e à responsabilidade coletiva, tendo como foco o nível local das escolas (FULLAN, 2009; FREITAS, 2009, 2012, 2014). Esses mesmos autores apontam que uma das formas das políticas públicas contribuir é por meio de um sistema de avaliação baseado em múltiplas e diferentes dimensões e indicadores, que reflitam uma imagem ampla e justa da instituição escolar face à complexidade do fenômeno educacional.

Nesse sentido, o conceito de qualidade social em educação

“[...] envolve fatores externos e internos, a saber: Externos - fatores socioeconômicos; fatores socioculturais; financiamento público adequado; compromisso dos gestores centrais; Internos - a organização do trabalho pedagógico e gestão da escola; os projetos escolares; as formas de interlocução da escola com as famílias; o ambiente

saudável; a política de inclusão efetiva; o respeito às diferenças e o diálogo como premissa básica; o trabalho colaborativo e as práticas efetivas de funcionamento dos colegiados e/ou dos conselhos escolares” (SILVA, 2009, p.224).

Esta autora considera que qualidade social na educação escolar não se ajusta a perspectiva econômica, pois a escola trata de processos complexos e subjetivos, e por tal, não condiz com a expectativa dos setores empresariais que esperam da escola, a formação de trabalhadores e de consumidores para seus produtos.

Segundo Raphael (1995), as questões técnicas da avaliação – o como fazer – e as questões políticas - o para que, e o que fazer - são faces de um mesmo problema, que deve ser compreendido em sua totalidade e em suas contradições. Tanto em relação à avaliação como na questão da qualidade, a racionalidade técnica ainda está fortemente presente. Isso deixa pistas para pensar o conflito ideológico por trás das políticas educacionais, que têm orientado e conduzindo a educação pública para a ideia de uma neutralidade tecnicista e ocultando diversos fatores sociais, econômicos e culturais presentes na sociedade brasileira que implicam diretamente na questão da qualidade social da educação.

Panorama dos Processos Avaliativos da Secretaria Municipal de Campinas-SP

A democratização da escola pública, possibilitando a construção da participação, advém da Constituição Federal de 1988. Em consonância com a Constituinte, no município de Campinas-SP, desde o final da década de 1980, as famílias têm assegurado, por meio de dispositivos legais, o direito à participação nos processos educacionais que concorram para a avaliação das escolas da cidade visando à garantia da melhor qualidade de ensino em todas as unidades escolares do município. O movimento de participação que representa avanços nos processos democráticos e, portanto, emancipatórios para a conquista da cidadania, nasce no bojo das propostas políticas das administrações voltadas para as classes populares, que, via de regra, são as usuárias do ensino público e gratuito, oferecido nas escolas públicas do município.

Na Prefeitura Municipal de Campinas, com a Lei Orgânica do Município, promulgada em 30 de Março de 1990, define-se um marco legal e legítimo pela busca da consolidação do ‘Estado Democrático’ na promoção da Educação Pública. Esta Lei assegura em seus artigos 222 e 223, incisos I, II, III e IV os princípios norteadores do acesso, da permanência, da garantia de qualidade e da gestão democrática, com a participação de representantes da comunidade; no inciso X legitima a “participação ampla de entidades que congreguem pais de

alunos, alunos, professores e outros funcionários com o objetivo de colaborar para o funcionamento eficiente de cada estabelecimento de ensino”.

Desse espírito derivam-se as leis: Lei Municipal Nº 6.662, de 10 de outubro de 1991 que institui os Conselhos de Escola e a Lei Nº 7.145, de 03 de setembro de 1992 (Artigo 230, da Lei Orgânica do Município de Campinas) que cria o Conselho das Escolas Municipais de Campinas, Artigo 3º, Inciso V, define dentre seus objetivos “Garantir a melhor qualidade de ensino em todas as unidades escolares do Município”.

Desde 2002 o município de Campinas conta com o Conselho Gestor de Avaliação cuja proposta era construir metodologias alternativas de avaliação que superasse o modelo de avaliação por medição do rendimento dos estudantes. A ação do Conselho se orientava pelos princípios em torno da participação solidária entre os segmentos envolvidos com a escola, visando construir um relacionamento entre os atores que resultasse em uma qualidade negociada. Em 2007, a Secretaria Municipal de Educação (SME) e o Departamento Pedagógico (DEPE) retomam o processo instituindo uma Comissão de Avaliação, que assume a atribuição de elaborar o Plano de Ação para a Avaliação Institucional na Rede Municipal e dentre os instrumentos para a efetivação desta política está a Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada escola.

A avaliação dos cinco anos da educação integral em nossa escola

Em 2018, após cinco anos de implementação da política de educação integral no município de Campinas, enfrentando as dificuldades impostas pelo cotidiano escolar e lidando com as contradições que emergem do plano das normativas legais, consideramos como essencial para a nossa existência avaliar os cinco anos de funcionamento dessa escola, para entender em quais aspectos havíamos avançado no projeto de escola que se sonhou e, em quais aspectos houve maiores retrocessos e perdas, em especial para nossos educandos.

Realizamos com os familiares e com os professores da escola uma avaliação institucional dos cinco anos de implementação dessa escola. Com os professores realizou-se uma reunião com dinâmica diferenciada de trabalhos por reflexão em grupos partindo de um tema chave. Nesse encontro o grupo resgatou a seguinte questão: com qual escola de Educação integral ainda sonhamos?

Neste momento buscamos avaliar quais foram as continuidades e as rupturas que o projeto sofreu, em termos políticos e práticos, bem como resgatar aqueles princípios mobilizadores que impulsionaram a implementação dessa escola, construída com alto grau de participação social. Essa ação gerou debates em torno da retirada de disciplinas da matriz

curricular, bem como da redução do número de aulas de outros componentes, percebidas como rupturas políticas no projeto, destacadas pelo coletivo como um desrespeito às decisões democraticamente elaboradas naquele período. Também foi oportuno no processo de avaliação reafirmar os nossos ideais para com uma formação integral almejando a formação do indivíduo omnilateral. Afinal, por que passamos tanto tempo nessa escola? O que essa escola tem de diferente das demais escolas do município? Como vislumbrar possibilidades futuras?

Realizamos no ano de 2018, assembleias gerais e específicas por turmas para ouvirmos das crianças as suas percepções em relação à escola de educação integral, uma vez que, ninguém melhor do que nossos educandos para nos dizer sobre os sentidos e significados que a escolarização com tempo expandido adquiriu em suas trajetórias de instrução. Eles destacaram que apesar de gostarem da escola e terem sentimentos positivos para com ela, necessitavam de mais. Mais música, teatro, ciências, brincadeiras, esportes, espaços adequados tanto para a aula como para conviver com os amigos. Com legitimidade e representatividade as crianças apresentaram demandas diversas à escola que se organizou para discuti-las na CPA.

Do instrumento de avaliação

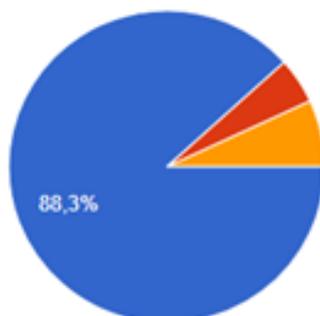
Com a comunidade escolar, abarcada principalmente pelos familiares de nossos estudantes, realizamos uma avaliação institucional, que foi disponibilizada tanto em formato impresso como em formato digital. Durante a Reunião da Família realizada no 2º trimestre de 2018, conversamos com os presentes sobre o objetivo dessa ação e disponibilizamos o laboratório de informática para que eles pudessem efetivar a sua participação. Acompanhamos por dois dias essa movimentação e tivemos a oportunidade de dialogar com muitos familiares; também aprendemos com a nossa própria propositura sobre procedimentos e técnicas para essa ação, e também constatamos que precisamos avançar e estreitar de forma significativa as relações com as pessoas que fazem a escola. A nossa presença, nessa etapa, se deu no sentido de auxiliar no manuseio com a tecnologia, acolher e explicar a importância da avaliação para a escola, e mesmo de conversar, com mais proximidade com a nossa comunidade.

Destacaremos no presente trabalho as questões que foram elaboradas pela CPA visando encontrar indicativos de avanços e desafios no que tange ao ensino-aprendizagem.

No questionário respondido por 231 estudantes, identificamos as seguintes questões:

1-0 que você pensa sobre a Escola de Educação Integral?

231 respostas



- Gosto do formato da escola e estou aproveitando bem esse tempo
- Não gosto do formato da escola e não estou aproveitando bem esse tempo
- Gosto do formato da escola, porém não estou aproveitando bem esse tempo

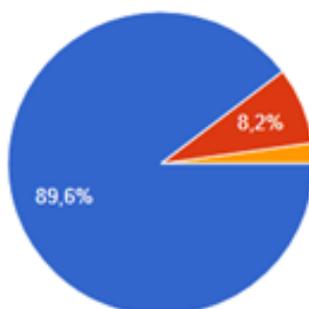
5-Como você estuda em casa?

231 respostas



12.a - Como é atendido pelos professores?

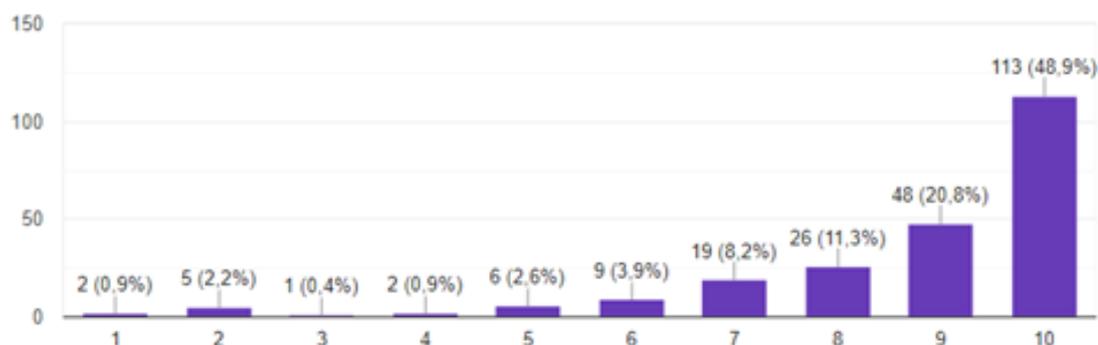
231 respostas



- Levam em consideração minhas solicitações e me ajudam a entender a lição
- Não levam em consideração minhas solicitações, mas me ajudam a entender a lição quando tenho dificuldade
- Não levam em consideração minhas solicitações e não me ajudam a entender a lição quando tenho dificuldade

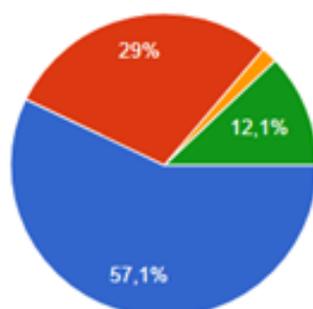
15- Dê uma nota de 0 a 10 para sua aprendizagem e desempenho nesse ano de 2018:

231 respostas



16- Assinale a alternativa que corresponde ou mais se aproxima do seu perfil de estudante

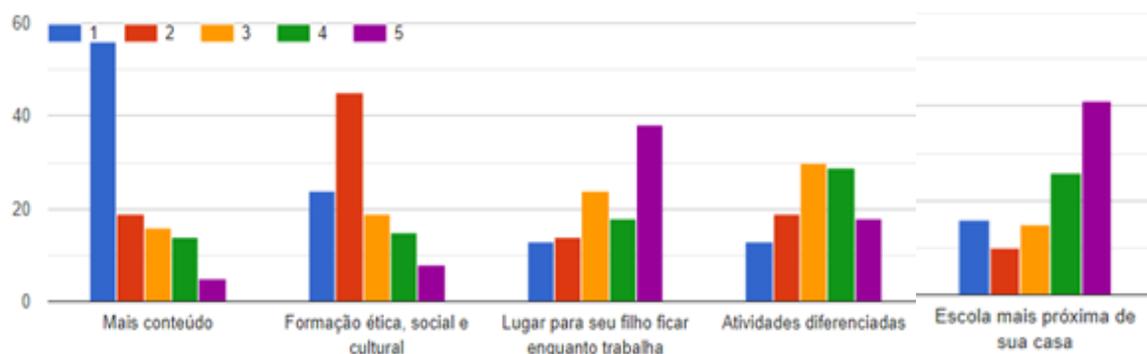
231 respostas



- Sou estudioso, mas poderia melhorar minha participação nas atividades propostas pelos professores
- Sou estudioso e me empenho nas atividades propostas pelos professores
- Não me interessa pelos estudos e não participo das atividades propos...
- Quero estudar e participar de todas as atividades, porém tenho dificulda...

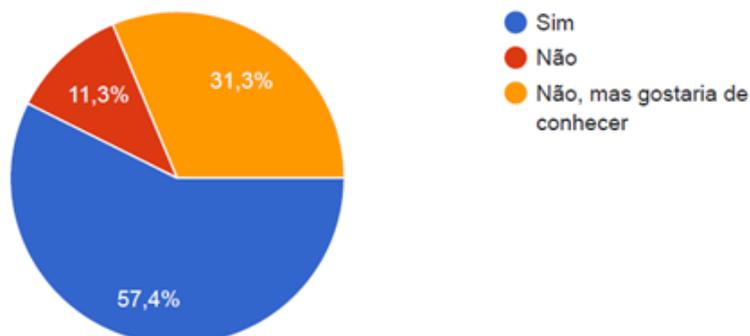
Nos 115 questionários que revelam a compreensão das famílias, identificamos:

1.a - Numere os itens abaixo por ordem de importância (sendo 1 o mais importante e o 5 o menos). Suas expectativas em relação à Escola de Educação Integral são:



2- Você conhece o Projeto Pedagógico da escola?

115 respostas



17.a- Professores da turma de seu filho (a):

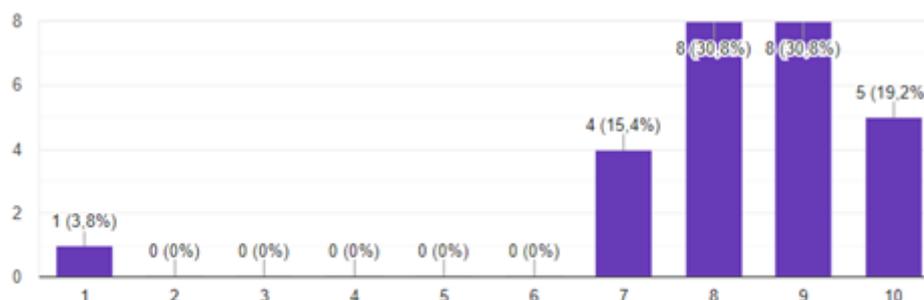
115 respostas



Na avaliação dos professores:

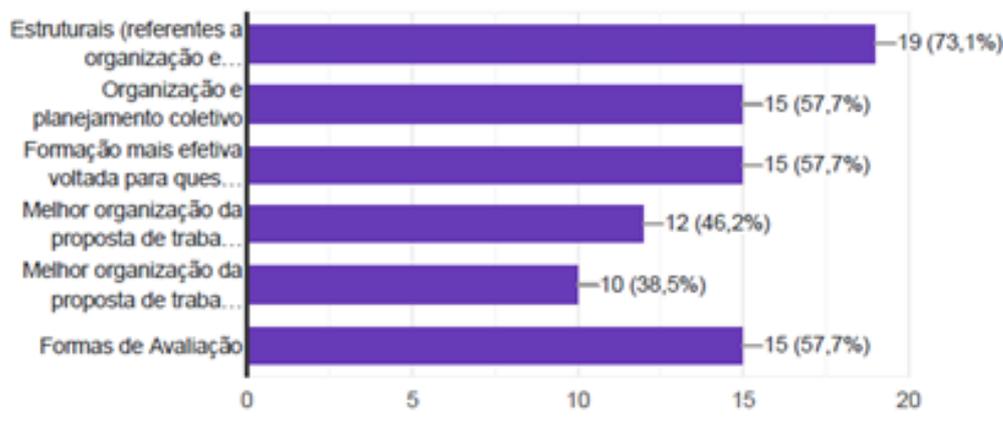
1-Numa escala de 0 a 10, indique seu nível de participação e envolvimento com o Projeto Pedagógico da unidade e o Projeto Piloto da EEI

26 respostas



6.a- Indique os aspectos que devem ser melhorados ou aperfeiçoados para aumento na qualidade do processo ensino-aprendizagem na EEI:

26 respostas



Estruturais (referentes à organização e utilização dos espaços e recursos).

Organização e planejamento coletivo.

Formação mais efetiva voltada para questões práticas de organização do trabalho.

Melhor organização da proposta de trabalho com ciclos de aprendizagem.

Melhor organização da proposta de trabalho com eixos de trabalho.

Formas de Avaliação.

No questionário dos funcionários, não identificamos referências diretas à avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

Olhando para os dados, reconhecemos que há qualidade e atributos do espaço e tempo escolar que lhes são inerentes, expressados nessas ideias e que trazem à tona os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas exclusivamente pela escola pública. Quais conteúdos devem ser ensinados e que valores devem ser vivenciados, é a pergunta que a escola deve se fazer o tempo todo para não correr o risco de estreitar o ensino a Português e Matemática, desvinculado do contexto histórico e social de sua comunidade.

De acordo com Xavier (2011), o fato de se operacionalizar mecanismos de avaliação interna, não se contrapõe ou nega as avaliações externas, que são necessárias e de responsabilidade do Poder Público. Ao contrário, mobiliza maiores recursos para se olhar para os dados, monitorá-los e refletir sobre eles para gerar ações pedagógicas voltadas para melhorar a aprendizagem das crianças.

Para cumprir com as finalidades institucionais, é necessário garantir o sentido público e social também da avaliação, que deve ser realizada coletivamente, por meio de práticas avaliativas que definam ações e metas em busca do melhor cumprimento dessas finalidades.

Esses processos coletivos e participativos possibilitam a vivência de conhecimento, de interpretação, de emissão de juízo de valor, de produção de sentidos sobre a avaliação e sobre a qualidade da instituição.

Pode haver a partir daí, uma convocação à reflexão para os aspectos que devam ser melhorados para que se atinja, de fato, uma qualidade socialmente referenciada, que a nosso ver, parece não ser contemplada apenas por intermédio dos mecanismos de regulação.

Considerações finais

Os membros da CPA dessa escola têm como horizonte a construção de um trabalho articulador e coletivo ancorado na concepção de educação que considera o sujeito a partir de sua perspectiva histórica, política, social e cultural. Esse grupo dedica esforços para pensar, idealizar e concretizar um projeto que transponha as diretrizes do plano legal e aja diretamente na sua realidade, colocando seus atores em situação de protagonismo.

Acreditamos que, avaliar a escola, como ação política, ganha maior legitimidade quando a própria instituição assume essa tarefa. Impor modelos, esquemas, sistemas homogeneizadores pode simplificar e planificar uma realidade que é por natureza complexa, múltipla e contraditória, e que só pode ser compreendida e reconstruída no interior e na especificidade que a caracteriza. Partindo dessa crença fortalecemos os colegiados da escola e reivindicamos centralidade do projeto político e pedagógico dessa instituição. Partiremos dos resultados desse ciclo de avaliação que estamos realizando com todos os segmentos da escola para atuarmos como propositores de políticas públicas municipais para a educação integral e assim fortalecer a agenda política com interesses legítimos dos trabalhadores e dos estudantes que dela vivem.

Pressupomos que não há qualidade sem participação e que é o coletivo organizado da escola, no confronto de posições, que poderá desenvolver compromisso com o bem comum e construir consensos em relação ao diagnóstico de realidade, aos indicadores e metas de qualidade, às prioridades de ação e possíveis soluções para os problemas detectados em diálogo com as instâncias do poder público. Entendemos que juntos somos capazes de identificar nossas demandas e planejar ações em busca da qualidade da educação socialmente referenciada.

Referências

FREITAS, L. C. Avaliação: construindo o conceito. *Ciência e Ensino*, n. 3, p. 18-19, 1997.

_____. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, SP, Campinas, v.33, n.119, p.379-404, 2012.

_____. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico da escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v.35, n.129, p.1085-1114, 2014.

FREITAS, L. C. et al. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. 4ªed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. 87p.

FULLAN, M. **O significado da mudança educacional**. 4ªed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Biblioteca Jurídica.
<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri>

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Secretaria Municipal de Educação. Avaliação institucional participativa: uma alternativa para a educação básica de qualidade da rede Municipal de Ensino de Campinas e Fundação Municipal para Educação Comunitária. Campinas, 2007.

RAPHAEL, H. S. **Avaliação: questão técnica ou política?** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, FCC, n.12, p 33-43, 1995.

SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1986.

SILVA, M. A. D. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **CADERNO CEDES**, vol.29, n.78 pp.216-226. 2009.

XAVIER, C. A. **O orientador pedagógico na implementação da avaliação institucional participativa: um olhar sobre a experiência**. Dissertação de Mestrado realizada no Laboratório de Estudos Descritivos da Unicamp – LOED. Campinas, SP: 2011.